

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.541 - MG (2018/0304772-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : BERNARDO BRANDAO RODRIGUES E OUTRO(S) -  
MG145718  
RAFAEL SGANZERLA DURAND - MG131512  
**AGRAVADO** : SHIGEJI HIRAMA  
**ADVOGADO** : DANILO DIAS FURTADO - MG093158

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). BANCÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALEGADA ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. NEGATIVA DE SEGUIMENTO COM BASE NOS ARTS. 1.030 E 1.040 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO INTERNO. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ERRO GROSSEIRO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. NÃO CABIMENTO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.*

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por BANCO DO BRASIL SA em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim resumido:

*EMENTA: APELAÇÃO CIVEL - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - IDEC - ILEGITIMIDADE ATIVA - NÃO CONFIGURADA.*

*Consoante entendimento consolidado no STJ, os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa para promover o cumprimento individual da sentença coletiva, ainda que não façam parte dos quadros associativos do IDEC (e-STJ fl. 238).*

Nas razões do especial, a instituição financeira, após esclarecer que se cuida de liquidação de sentença tendo por base o título judicial advindo da

# Superior Tribunal de Justiça

ação civil pública nº 1998.01.1.016798-9, sustentou a ilegitimidade do não associado ao IDEC para ajuizar a execução individual.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 267/274 (e-STJ).

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls. 277/278), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 281/289 (e-STJ).

Impugnação às fls. 292/300 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual *"aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Ato contínuo, verifica-se que o presente recurso não merece ser conhecido em virtude da inadequação da via eleita, tendo em vista a aplicação, no juízo de admissibilidade de prelibação, de tese firmada por esta Corte Superior em julgamento de recurso representativo de controvérsia.

Com efeito, verifica-se que o Tribunal *a quo* inadmitiu o recurso especial da parte, adotando a orientação desta Corte Superior firmada no REsp 1.391.198/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos.

Observa-se, ainda, que a decisão de admissibilidade do apelo nobre foi disponibilizada em 20/09/2018 (e-STJ fl. 179), quando já se encontrava em vigor o Código de Processo Civil de 2015, que prevê em seu artigo 1.030, § 2º, que uma vez negado seguimento ao recurso especial na instância de origem ante a conformidade do entendimento exarado pelo acórdão recorrido com aquele firmado em julgamento repetitivo por esta Corte Superior, a irresignação da parte deve se dar por meio de agravo interno, previsto no art. 1.021 do CPC/2015.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Na hipótese, como a decisão agravada foi publicada já na vigência do atual Código de Processo Civil, resta inviabilizada a aplicação do princípio da fungibilidade, uma vez que não há dúvidas objetivas acerca do recurso cabível.

De fato, a Terceira Turma deste Superior Tribunal, no julgamento do AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, em 16/08/2016, assentou que, quando a Corte de origem inadmitir o recurso especial com base em recurso repetitivo, a interposição de agravo em recurso especial constituirá erro grosseiro.

Insta reproduzir a ementa do referido precedente:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.**

**1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio *tempus regit actum*.**

**2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a**

# *Superior Tribunal de Justiça*

***determinação de outora de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno.***

3. [...]

4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015. (grifo nosso).

Inviável, portanto, o conhecimento do recurso, por ser inadmissível a interposição de agravo em recurso especial obstado com base em recursos repetitivos.

**Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator